

Pacote de destruição ambiental segue no horizonte: A quem interessa a persistência da política de desmantelamento do MMA?

Os servidores resistiram e assistiram de um camarote desconfortável e espinhoso o projeto de desmantelamento do Ministério do Meio Ambiente e do SISNAMA e, conseqüentemente, do meio ambiente brasileiro, e parece que continuam a assistir investidas para fortalecer o desmonte iniciado em 2019 e, esperamos, enterrado em 2022. O sopro de suavização da resistência com a nova gestão que ocupa o Palácio do Planalto, visto que hoje há um diálogo democrático e os servidores não são marcados como inimigos, foi a publicação da Medida Provisória (MPV) 1154/2023, que reestabeleceu e reforçou competências do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, saqueadas no último desgoverno.

A proposta, que estabelece uma nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, está na comissão mista e deve perder validade no dia 01 de junho. O relator apresentou parecer no dia 23 de maio que esvazia novamente o MMA transferindo competências para outros órgãos, que por sua vez, nem se aproximam de suas finalidades originais. Mais uma vez, as agendas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, povos originários, mudanças climáticas e fiscalização são redirecionadas para o projeto de destruição no relatório apresentado pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL) na referida medida provisória. Fato totalmente atípico, depois de quase 6 meses aparecer um relatório no legislativo que altera substancialmente as orientações de um governo democraticamente eleito mudando a lógica de funcionamento do executivo!

Alguns dos pontos do relatório do deputado que preocupam a ASCEMA Nacional podem ser destacados, são eles: a **saída da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do MMA para o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR)**, rompendo a integridade da gestão das águas, além da **retirada da gestão de Resíduos Sólidos, do Saneamento e da gestão dos Recursos Hídricos para o Ministério das Cidades**. É necessário questionar a quem interessa esvaziar o MMA, quebrar políticas em meio a um cenário de mudanças climáticas e retirar um compromisso com o meio ambiente equilibrado dessas áreas.

E a proposta de debilitar a gestão ambiental ainda se torna mais absurda ao **retirar a gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do MMA e tornar competência do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**, que por sua vez, não possui capacidade e conhecimento técnico específico para tal. E a única similaridade está no uso do termo “gestão”. Parece que o intuito é deixar fora do lugar onde o CAR poderia cumprir seu papel de controle ambiental e evitar desmatamento!

O fortalecimento do MMA, e do SISNAMA como um todo, não deve ser uma moeda de troca, é um compromisso do país com o meio ambiente equilibrado, com as mudanças climáticas, com a produção de alimentos para o mundo, com a política de que o crime não compensa, com as próximas gerações. Ao esvaziar o MMA, o Congresso Nacional acena para o desmantelamento e é conivente com os altos níveis de queimadas e desmatamento, com a perda de biodiversidade, com as mortes humanas e animais por contaminação, com a criminalidade que assola a região amazônica.

Além dos parlamentares, o Palácio do Planalto também precisa se posicionar e defender a estrutura que foi desenhada com a escuta das diferentes parcelas da sociedade e setores produtivos ainda no governo de transição. O Executivo e o Legislativo precisam acenar para

o futuro e contrariar o caminho de arrasamento que trilhamos. A gestão de políticas ambientais precisa ficar nos órgãos que reúnem técnicos e um corpo de servidores preparados para tal.

Diante disso, a ASCEMA Nacional pede a rejeição das alterações propostas pelo relator da medida provisória e o compromisso do Executivo em defender a estrutura inicial da MPV, mantendo a integridade das agendas socioambientais. O meio ambiente não pode ser mais um assunto rifado no balcão de negociações entre Executivo e Legislativo. O esvaziamento do MMA significa legitimar e dá continuidade à boiada do extermínio.

O Congresso Nacional não pode validar e ser o operacionalizador da política de destruição e desmantelamento. O crime ambiental e a irresponsabilidade com as futuras gerações não pode prosperar. O Brasil possui um compromisso com o mundo, com o futuro e com a democracia e esperamos que os parlamentares brasileiros, em sua maioria, sejam comprometidos com o povo brasileiro.

ASCEMA Nacional

Brasília, 23/05/2023

ASCEMA Nacional